

TEMPLOS DE CONSUMO, ENSINO RELIGIOSO E ESCOLA NA CONTEMPORANEIDADE

Cássia Maria Baptista de Oliveira *

Resumo: Este trabalho examina em correlação com o fato inédito do retorno da obrigatoriedade do ensino religioso às escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro os desafios singulares do capitalismo contemporâneo que perpassam a educação. Através do ensino religioso, destacam-se as tensões políticas entre escola pública, religião e contemporaneidade. A Av. Brasil e a Av. das Américas foram elementos de referência e funcionaram como rastros que enunciam a modernidade leve. Os templos de consumo atestam que a religião na educação deve ser analisada pela via da politização do ensino religioso. Visou-se à reflexão sobre o conceito de tempo/espaço e emancipação em que as narrativas da condição tendem a se desenvolver. Nosso principal apoio foi o livro *Modernidade Líquida*, de Bauman, em que ele examina a profunda mudança que este tipo de modernidade produziu na condição humana.

Palavras-chave: modernidade leve, privatização da existência, ensino religioso.

Abstract: This study examines in correlation with the fact unheard of return of compulsory religious education in the elementary public schools of Rio de Janeiro the natural challenges of contemporary capitalism that permeate the education. Through religious education, there are political tensions between public school, religion and contemporary. The Brazil Avenue and the Americas Avenue were elements of reference and act as tracks that lead down to modernity. The temples of consumption show that religion in education must be seen through the politicization of religious education. Aimed at the reflection on the concept of time / space and emancipation in the narrative of the condition tend to develop. Our primary support was the book *Liquid Modernity*, Bauman from, where he examines the profound change that this kind of modernity produced in the human condition.

Key-words: light modernity, privatization of the existence, religious education.

Este artigo originou-se de uma pesquisa realizada com 14 professores da rede pública estadual do Rio de Janeiro que ministram a disciplina ensino religioso nas escolas de ensino médio da metropolitana 10, área que abrange a zona sul, o centro, a zona norte (Tijuca, Vila Isabel e Lins) e a zona oeste (Barra da Tijuca, São Conrado e Jacarepaguá)¹ da cidade do Rio de Janeiro. Esta pesquisa partiu do fato de que o retorno do ensino religioso como disciplina obrigatória no currículo das escolas públicas do Rio de Janeiro deveria ser examinado a partir

* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

¹ As escolas estaduais do Rio de Janeiro estão organizadas administrativamente em regiões denominadas metropolitanas. A metro 10 foi escolhida em função de sua abrangência, e utilizamos a entrevista semiestruturada como instrumento de pesquisa com 14 dos 18 professores que ministram a disciplina. Dos 14 professores, 12 são católicos e 2 evangélicos.

da ideia de Bauman de que “os movimentos religiosos de hoje têm uma capacidade singular de revelar os males da sociedade, sobre os quais eles têm seu próprio diagnóstico” (Bauman, 1998:226). Tornou-se fundamental, assim, aventurar-se pela cidade; as Avenidas Brasil e das Américas foram escolhidas como referências para compreender os desafios da contemporaneidade que perpassam a educação. Este passeio pela cidade consistiu em trazer a narrativa como fundamento da abordagem teórico-metodológica que serviu como uma travessia, permitindo-nos politizar o objeto da pesquisa.

1.1 O passeio pelas Avenida Brasil e Avenida das Américas – Brasil em transição

Se as fábricas e os galpões abandonados da Avenida Brasil lembram o capitalismo pesado, época em que a ciência da administração buscava “conservar a mão-de-obra” e forçá-la ou suborná-la a permanecer de prontidão e trabalhar segundo os prazos, a Avenida das Américas centra-se no capitalismo leve, com shoppings e centros comerciais em que a arte de administrar “consiste em manter afastada a mão-de-obra humana” ou, melhor ainda, forçá-la a sair. “Encontros breves substituem engajamentos duradouros”. A possibilidade de fuga fácil, perseguição inútil e a redução de pessoal e de tamanho é pré-condição fundamental para o sucesso dos planos de fusão no capitalismo leve.²

A leveza e a velocidade levam Bauman a perguntar: Teria o tempo, depois de matar o espaço enquanto valor, cometido suicídio? Não teria sido o espaço apenas a primeira baixa na corrida do tempo para a autoaniquilação? (2001:138). Do seu ponto de vista, o sentido de durabilidade no capitalismo pesado estava relacionado às noções de preservação do ser humano, de eternidade e do seu desejo de imortalidade. Por esta razão, ele indaga sobre o sentido de eternidade e preservação nos dias de hoje, em que a capacidade infinita de possibilidades de usar e descartar os objetos transitórios faz da vida e do tempo um agregado de instantes: “é o modo como se vive o momento que faz desse momento uma experiência imortal” (2001:144). A partir desta perspectiva, ele indaga se a vida e o tempo instantâneos teriam matado o sentido da eternidade na atualidade .

Este presente é possível em função dos gritos que vêm de todos os lados e saltam os muros do abandono da Avenida Brasil, enquanto do outro lado da cidade a vida se estampa nos folhetos de propaganda dos condomínios da Barra da Tijuca prometendo a felicidade. Há

² “É a mistura de estratégias de fusão e redução de tamanho que oferece ao capital e ao poder financeiro o espaço para moverem-se rapidamente, tornando a amplitude de sua viagem cada vez mais global, ao mesmo tempo em que priva o trabalhador de seu poder de barganha e de ruído, imobilizando-o e atando suas mãos ainda mais firmemente” (Bauman, 2001:142-143).

um contraste marcante entre estes dois extremos: a pobreza e o abandono da Avenida Brasil e a riqueza e a “proteção” da Avenida das Américas. São contrastes que se esbarram nas guerras declaradas pela cidade partida. Carros blindados anunciam as mensagens da invisibilidade e da intimidação que se espalham pelos espaços públicos urbanos desenhados pela arquitetura do medo. A insegurança, a incerteza e a falta de garantias que alimentam o medo produzem o declínio do homem público e o aparecimento do espaço público como útil à violência.

Para compreender a violência como detector de ausência de vida pública, é preciso captar as janelas sem alma das ruas; elas inscrevem o espaço público como lugar de mudas arrancadas, orelhões depredados, ruas que recebem o lixo que vem das janelas de ônibus e carros. É neste cenário que se desenrola o drama da vida urbana, que inverte o distanciamento social em função da proximidade dos medos privados em lugares públicos. A visibilidade dos medos privados, que universaliza o temor e a polaridade entre ordem e caos, nos conduz à reflexão do presente para enfrentar os templos de consumo da Avenida das Américas – ambientes artificiais planejados para atrair os cidadãos que, viciados em segurança, os consideram lugares que oferecem as condições de proteção da vida urbana.

A privatização da existência é uma questão de modos de subjetivação que revestem os templos de consumo com dimensão sagrada, o que possibilita entender o profano com uma lógica religiosa que está presente na construção desses templos com suas linhas arquitetônicas de catedrais estilizadas. Esses templos desvelam o não-engajamento com o espaço como a novidade da contemporaneidade, traduzindo um mal-estar da civilização e anunciando que a busca do prazer e da liberdade em detrimento da segurança universalizou o medo, a insegurança e a incerteza nos dias de hoje.

Na Avenida das Américas, o esvaziamento das ruas é a regra para celebrar o progresso, que tem como requisitos a globalização e a expansão mundial das novas tecnologias que abolem a distância. Acendem-se as luzes da liberdade para se livrar das maldições do pecado do capital que atrela os cidadãos a uma nova e sofisticada trama de controle. De jeito camaleônico, o capitalismo instala a incerteza e a descrença quanto ao futuro quando trata os trabalhadores como descartáveis, e também instala o medo, a desconfiança e a diluição das ideologias e das ações coletivas que beneficiam o que foi conseguido através das lutas históricas, como direitos, benefícios e proteção.

Aos poucos, o roubo da rua habita a morada do progresso na modernidade leve que, impregnada pela ideia de que o capital desterritorializado promove um estilo de vida nômade, enfatiza o desenraizamento do cidadão do espaço; isto resulta em proliferação dos templos de

consumo, redução do senso de responsabilidade na construção do bem-estar da vida social e desengajamento num tempo efêmero. Este adquire velocidade atordoante; evita-se, assim, a durabilidade e instala-se a transitoriedade.

Um Brasil em transição não significa ir de uma época à outra, ou seja, da modernidade pesada para a modernidade leve, mas sim recuperar o passado como fragmento da memória que diz respeito às gerações passadas e às presentes. Desse ponto de vista, um período incorpora o outro através de fragmentos históricos. Assim, busca

captar a dissolução de uma época e a formulação de uma outra, o que configura em seus textos imagens dialéticas, que contêm em si mesmas a extensividade do relato histórico, mas também a intensividade da experiência que o autor realiza através de sua rememoração e de sua indagação política sobre o estatuto teórico do presente (Ferreira, 2006:51).

1.2 A crença e a certeza como âncora

Fala-se com insistência da falta de engajamento e responsabilidade social como uma das características dominantes da cultura contemporânea, desde o momento em que o poder se tornou extraterritorial. É com esta compreensão que Bauman afirma que estamos testemunhando a vingança do nomadismo contra o princípio da territorialidade e do assentamento. Chama a atenção para os efeitos nefastos provocados pelas novas técnicas de poder, cada vez mais móveis e evasivas em relação ao não-engajamento e à desintegração da rede social. Esses efeitos refletem-se na perda do interesse pela vida pública e no ressurgimento da religião.

A questão do não-engajamento produz uma ambivalência que divide o mundo em globalizados e localizados. Esta divisão provoca a tensão entre a existência humana e a existência da cultura do bem-estar social, apontando o escape do bem-estar comum como ponto de partida para manter a esperança do bem-estar individual. A nova ordem é a ambivalência mais genuína da atualidade, identificada com a construção da morte do espaço da rua. Este tipo de morte desloca os problemas de ordem social global para a ordem do privado, particularizando a ambivalência. A privatização da ambivalência é o código partilhado central que traduz as questões singulares da contemporaneidade. Nesse contexto, a religião surge como intérprete e mediadora desse código, construindo a ponte para que se atravesse o abismo existente entre a insegurança e o medo, de um lado, e a garantia da fé, da certeza e da segurança, do outro.

De acordo com os sujeitos da pesquisa, a religião proporciona ao homem contemporâneo o reconhecimento da existência do outro como algo importante para a

condição humana; ela passa despercebida em decorrência do incremento do individualismo, que acentua o não-engajamento como um estilo de vida que se sustenta na ideia de gozar a vida como um eterno presente, mantendo-se centrado no próprio bem-estar. Nesse contexto, em que a vida se torna uma série de momentos guiados por regras que conduzem o jogo a favor do individualismo, pode-se notar que a religião se destaca por ser dotada da capacidade de combater a cultura do individualismo na contemporaneidade, à medida que oferece a crença como âncora.

Para os nossos sujeitos, a crença aparece como a questão central que dirige modos de analisar, refletir e mudar para transformar o mundo em um lugar mais fraterno através da humanização do homem – o que seria a proposta da religião. Nesse sentido, a crença surge para possibilitar o engajamento do cidadão a um contexto esvaziado de espaço público, este transformado em local onde se faz a confissão dos segredos e das intimidades privadas, como aparece na fala da professora (D) que fornece pistas reveladoras.

A minha perspectiva religiosa é esta: você aprende a fazer uma avaliação das coisas, a analisar e a mudar. Acho que uma pessoa que não tem religião pode fazer assim também. Quem tem religião tem amparo na sua crença particular, na crença de Deus. A religião ajuda nesse tipo de reflexão. O preconceito contra a religião tem toda uma carga histórica. As pessoas acham que todo o mundo evoluiu, menos as diferentes formas de religião. Ela caminha, desenvolve-se, vem na esteira dos seus erros, é uma das instituições que ainda conseguem se opor ao sistema.

Nos questionamentos sobre valores, nos posicionamentos que são feitos cujo único interesse é o político-econômico, a religião dá uma outra dimensão quanto a estes aspectos. Ela está inserida na política porque a própria vida do ser humano tem essa dimensão. Se você não estiver fazendo uma análise política, você não poderá viver os valores cristãos.

Jesus não saiu do seu contexto para ficar pregando uns ditos. Ele inseria tudo na realidade. Você tem que refletir sobre o que está acontecendo para propor essa alternativa de construção de um mundo fraterno, de um mundo onde o amor é possível. A dimensão política da religião é o sujeito estar vinculado ao contexto.

Na opinião da professora, a religião é um lugar seguro porque mostra a crença como condição de humanização do homem no mundo globalizado. Este se apresenta irreversível e desinteressado pelas mudanças sociopolíticas, como um reino sem possibilidades de transformação, um destino ao qual se deve resignar ou para o qual é preciso buscar salvação, já que a globalização aparece como a impossibilidade de transformação.

Diante do fato de não se imaginar uma mudança para o mundo e de encontrar formas de resistência ao que está instituído, a professora (D) se interroga sobre a nossa condição de humanização como elemento central e norteador da religião. Nesta ótica, a religião está voltada para a política como essência, como revela a professora, que considera como dom

imane a cada sujeito a qualidade que define todos os seres humanos e, por isso, é possibilitadora de relações mais fraternas e igualitárias.

O que a gente vê na sociedade de hoje? As pessoas estão se tornando mais humanas? O que o ser humano tem de diferente do animal para ser um ser humano? O que ele tem de diferente é que precisa ser trabalhado pela religião. Estas características humanas, como o espírito fraterno, são as que têm que ser desenvolvidas. É fundamental perceber que todos nós somos iguais, viemos da mesma forma, estamos aqui para partilhar; cada um tem os seus dons que, se forem repartidos, possibilitará que todo o mundo viva mais tranquilo. A política vai estar inserida aí. A religião está totalmente envolvida na política, na economia, no social, na cultura. Você está preservando o ambiente? Você está considerando a outra pessoa como igual a você? Está promovendo a dignidade? Você está fazendo política.

Do ponto de vista apresentado pela professora, a condição de humanização dos homens está ligada a um processo interior que ocorre à margem da cidade, ou seja, na cidade evidencia-se o processo que envolve o aprimoramento da essência visando estabelecer um diálogo com o outro. Ali, a essência é colocada em análise, e a herança é uma singularidade da condição humana que abarca a preocupação com a vida do planeta, evidenciando os estatutos que estabelecem as formas de convivência.

A associação entre estatuto e herança constituiu-se quando uma professora apresentou as mudanças de posturas dos alunos em relação a temas que são atualmente preocupações mundiais. Deste ponto de vista, as mudanças de comportamento dos alunos estão intimamente relacionadas aos estatutos que trazem as questões éticas do mundo contemporâneo. Em sua opinião, a mudança de postura dos alunos corresponde a uma mudança de comportamento, que deve ser adquirida para que exista a vida planetária, que se encontra ameaçada.

A partir desta perspectiva, as questões éticas estão associadas à elaboração de estatutos que funcionam como códigos formadores de condutas, como não fumar em lugar fechado; têm a função de dispositivos de controle da população preocupada com tabagismo, ofensas sexuais e excesso de velocidade e violência. Tais preocupações, que provocam clamor público, conectam-se ao medo da falta de proteção ao corpo, tão ameaçado quanto as lojas comerciais de bairros que tentam sobreviver em face do capitalismo contemporâneo. A proteção ao corpo demanda procedimentos que visam desenvolver virtudes para que o homem se aproxime da realidade externa, de tudo aquilo que existe além dele, como algo criado por Deus e que precisa ser cuidado pelos seres humanos para que possam existir a felicidade e a própria vida. O cuidado com o mundo consiste em uma utopia elaborada que tem como base a política que essencializa a busca do amor, do bem e da felicidade como fundamentos existenciais.

Por um lado, a mudança de conduta suscita questões relativas à ética, uma vez que ela é fruto do ensinamento dos mandamentos de Deus que conduzem os pensamentos para a herança da vida, objetivando a manutenção da essência, dos valores e da palavra de Deus. Esta preocupação com a vida revela-se nas questões que vão contra ela, como o aborto e a eutanásia, que são compreendidas como desrespeito à palavra de Deus. Por outro lado, a mudança de conduta sugere uma aproximação entre o público e o privado, uma vez que a conduta deve ser identificada tanto no espaço público quanto no espaço privado.

Com base nos estatutos, elabora-se uma ética orientada para prescrever regras e preceitos instituídos que se propõem a uma forma de intervenção social, a fim de que esta conduza ao estabelecimento de condutas. A busca do amor, do bem e da felicidade são os fundamentos existenciais para se entender a ética como expressão da natureza humana que aproxima o ser humano de Deus. “Com amor no coração e as crenças na cabeça se construirá a ética da solidariedade”, nos diz a professora (AM): “Pensar na religião é pensar na solidariedade, é fazer o bem, o que dá sentido à vida e ao que estou fazendo aqui. O bem é uma orientação, é uma das soluções para minimizar a agressividade”. Com a compreensão do que se reconhece ser natureza humana funda-se a crença como âncora. Segundo a coordenadora (V):

A religião é uma manifestação do homem, quer dizer, o homem tem em si um fenômeno que é religioso – prefiro chamar de senso religioso – o homem tem em si uma natureza que é minha e é sua também; existe uma essência que faz parte dela, que está presente em todos nós. A gente constrói a felicidade a cada dia, porque ela é o maior desejo do homem. Precisamos dessa experiência tanto quanto desejamos a verdade.

As religiões surgem como formas de respostas, como caminhos para essas exigências ontológicas, o que não significa passividade, mas é pacífico. O maior problema da humanidade é o fato de as suas raízes não serem profundas; elas são quase aéreas, e qualquer um pode passar e arrancá-las. Substituíram-se as perguntas pelas dúvidas. As perguntas surgem do diálogo interior que você estabelece com as certezas que tem. Pelo menos uma certeza você precisa ter: você pode fazer o caminho de volta na hora que quiser. A religião é o lugar da certeza.

A partir do depoimento desta coordenadora, que ressalta a religião como o lugar da certeza para a existência humana e a busca da felicidade e da verdade como princípios de vida, pode-se notar que a noção de amparo é fundamental para a caminhada porque assegura a certeza. A ideia de amparo em face da vida foi pensada por ela a partir do que chamou de amor, ou seja, define-se o amor como condição *sine qua non* para “poder se encaminhar bem”. Definir o estado de amparo significa pensar em lugares e em pessoas que sejam identificadas como importantes, a fim de proporcioná-lo a um mundo que hoje se apresenta

através da cultura do individualismo e da sociedade de consumo. Com a certeza da morte dos deuses da utopia, das ideologias, a religião aparece como substituto dessas mortes, pregando a política como essência para o ser humano enfrentar os desafios da contemporaneidade.

Mas a política como essência, ao supor que o amor invoca o bem e a felicidade como os fundamentos da existência humana, politiza as questões humanas através da ideia da solidariedade fundada na transcendência, que visa combater a pouca sensibilidade que existe para com os problemas coletivos. Diante desta insensibilidade, a importância da crença é exaltada para estabelecer uma solidariedade fundada na transcendência, como argumentam os professores, que consideram a felicidade e o bem como a expressão da natureza humana. Eles tomam a fé como o caminho para a construção da solidariedade, indicando assim a política como essência.

Do ângulo de nossos professores, a relação do homem com a transcendência possibilita a ele o engajamento à cidade em função do compromisso com um Deus que protege os indivíduos dos males existentes no mundo. Em troca, os sujeitos cuidam do mundo para manter a proteção ao direito à vida e à integridade moral. Assim, eles consideram que a religião está conectada ao mundo porque Deus criou os fundamentos para apresentar aos seres humanos respostas às perguntas que o inquietam. Esses fundamentos abrangem a moral do sacrifício, na medida em que a confiança em Deus significa adotar um estilo de vida em que se exige entrega a Ele para se obter o sentido da existência.

A relação com a transcendência associada à solidariedade implica pensar os novos modos de subjetivação instituídos na contemporaneidade, uma vez que os sujeitos que participaram da pesquisa demonstraram abertura para o convívio com as diferentes crenças e aversão à intolerância ao diferente. Isto sugere que a solidariedade fundada na transcendência apresenta uma possibilidade real de lidar com a ambivalência da contemporaneidade e um propósito pelo qual lutar. A crença é o conceito que cria as condições de existência do proselitismo e da hegemonia religiosa.

O vínculo com a transcendência não possibilita a ligação do homem com este mundo, mas aponta para a “ideologia da intimidade”, que “transmuta categorias políticas em psicológicas”, como observou Richard Sennett ao indicar a problematização da “tirania da intimidade”.³ Tal desafio explicita uma das tensões singulares da contemporaneidade: espaço civil fundado na transcendência e na insegurança. Esta tensão significa situar, no presente, um

³ Para Sennett a tirania da intimidade não é a criação forçada, mas o aparecimento de uma crença num padrão de verdade para se medirem as complexidades da realidade social. É a maneira de se enfrentar a sociedade em termos psicológicos.

espaço em que ainda podemos ter sonhos e onde buscamos novos sentidos para a vida líquida que, reduzida ao efêmero, devolve imagens que demonstram a procura de sentidos em um mundo sem engajamentos com ideologias, e no qual se procura refúgio nos templos de consumo.

A transcendência apresenta-se hoje como uma questão ética que torna invisíveis as propriedades do capital para colocar o tempo da eternidade separado da história. Podemos dizer que a transcendência funciona de forma adequada para destacar a política como essência, como foi trazida pelo ensino religioso, que volta a sua atenção para a eternidade. Assim, o não-engajamento ao espaço e o engajamento a um outro mundo que não seja este são alicérgeres que sustentam a cidade com o seu cenário de espaço intolerável. Reatar o engajamento com este mundo é afirmar a importância da cidade como espaço público civil, o que permite resgatar a crença no mundo em que vivemos. Esta crença orienta-se pela tensão entre a política como essência e a política na história como uma das expressões dos desafios dessa época.